



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e doze (05.03.2012), às quatorze horas e trinta minutos (14h30min), no Plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 57ª Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. Leila da Costa Vilela Magalhães, José Omar de Almeida Júnior, Alcir Raineri Filho e José Demóstenes de Abreu. Constatou-se, ainda, as presenças do Dr. Edson Azambuja, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Bruno Machado Carneiro, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, do Sr. José Maria Teixeira, Diretor Geral, do Sr. João Ricardo de Araújo Silva, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, do Sr. Francisco das Chagas dos Santos, Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, do Sr. Ney Pereira Villa, Representante da Fundação Universa, assim como de diversos servidores da instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de atas; 2) Requerimento – Atuação Recursal do Ministério Público em 2º Grau (Dr. Sidney Fiori Junior, 9º Promotor de Justiça de Araguaína); 3) Apresentação do Programa Propriedade Legal – Palmas (Dr. José Maria da Silva Júnior); 4) MEM/DG/MP Nº 056/2012 – Solicita a inclusão de 10 (dez) cargos de Analista Ministerial, Especialidade: Ciências Jurídicas no projeto de lei que trata da criação de cargos para o novo concurso a ser encaminhado ao Poder Legislativo (Sr. José Maria Teixeira, Diretor Geral); 5) Apresentação do Projeto de Lei que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências.” (Fundação Universa); e 6) Outros assuntos. De início, colocou-se em apreciação as **Atas da 56ª Sessão Ordinária e da 59ª Sessão Extraordinária**, que restaram aprovadas à

unanimidade dos presentes, ressalvando que dois Membros do Colegiado não haviam apreciado anteriormente as referidas atas, mas justificaram suas ausências nesta sessão. Em seguida, invertendo a ordem da pauta, concedeu-se a palavra ao Sr. Ney Pereira Villa, consultor da Fundação Universa, para a apresentação do **Projeto de Lei que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências.”**. Fazendo considerações a respeito de cada item, inclusive com intervenções pontuais do Dr. Clenan Renaut, o dito consultor apresentou, em sequência: 1) As Políticas de Administração do Plano (critérios para o enquadramento funcional, critérios para o enquadramento da remuneração, descrição e diretrizes da política); 2) Implantação, Acompanhamento e Avaliação do Novo PCCR (enquadramento funcional e de remuneração de todos os servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins, apresentação da minuta do projeto de lei, avaliação das questões financeiras, orçamentárias e legais, encaminhamento do projeto de lei para o Poder Executivo e, em seguida, para a Assembleia Legislativa); e 3) o Manual do PCCR (Volume I – metodologia empregada na construção do PCCR, Volume II – regulamentação dos itens previstos em lei, e Volume III – detalhamento das descrições de cargos e funções com os respectivos conhecimentos e habilidades requeridos). Finda a apresentação, o Presidente destacou que, a partir da aprovação do novo plano, os servidores da instituição terão uma das melhores tabelas de remuneração do Estado, e, ainda, que várias distorções salariais foram corrigidas durante os estudos realizados pela FUNIVERSA. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao Sr. Carlos Rogério, Presidente do SINDSEMP/TO, que levantou questão acerca da ausência, no plano, de propostas relativas à progressão funcional dos servidores. Diante disso, o Dr. Clenan Renaut consignou que o projeto de revisão do PCCR encontra-se, agora, sob a responsabilidade da Comissão de Assuntos Administrativos, à qual devem ser encaminhados os eventuais questionamentos ou propostas pertinentes. Encerradas as discussões, deliberou-se, à unanimidade, pelo encaminhamento da matéria apresentada à CAA, para posterior apreciação. Logo após, por encaminhamento da Secretária, foi colocada em análise a **autorização do pagamento da 3ª (terceira) e**

4ª (quarta) parcelas dos serviços prestados pela Fundação Universa, que correspondem às 2 (duas) últimas do Contrato nº. 019/2011. Em votação, o pagamento restou autorizado à unanimidade, com a condição de que os subprodutos sejam entregues, devidamente conferidos e atestados pelo Fiscal do Contrato, Sr. Francisco das Chagas dos Santos, Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, tudo conforme as exigências do referido documento. Na sequência, o Presidente, fazendo menção ao **MEM/DG/MP Nº 056/2012**, oriundo da Diretoria Geral, apresentou **Justificativa para a apresentação de Projeto de Lei que altera a Lei nº. 1.652/2005, com o intuito de criar 12 (doze) cargos de Analista Ministerial – Ciências Jurídicas**, 2 (dois) a mais do que o sugerido. Aproveitando a oportunidade, o Dr. José Maria da Silva Júnior, Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – CAOMA, se comprometeu a elaborar, posteriormente, um estudo acerca da necessidade de novos cargos especializados para atuação no referido Centro de Apoio. Após breve debate, a proposta de criação dos 12 (doze) cargos restou acolhida à unanimidade. Dando prosseguimento, a palavra foi novamente concedida ao Dr. José Maria, Coordenador do CAOMA, que procedeu à apresentação, para conhecimento, do **Programa Propriedade Legal – Palmas**, que visa à regularização das propriedades rurais de acordo com a legislação florestal vigente, a ser realizado em parceria com a Prefeitura Municipal, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Secretaria Estadual de Agricultura, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS e a Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS. Em seguida, postergou-se, para a próxima sessão, a apreciação do **Requerimento**, datado de 24/02/2012, da lavra do Dr. Sidney Fiori Júnior, 9º Promotor de Justiça de Araguaína, referente à **atuação recursal do Ministério Público em 2º grau**. Encerrados os itens constantes da pauta, passou-se a outros assuntos. Primeiramente, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha, Coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF, reiterou **convite**, a todos os Procuradores de Justiça presentes, para que participem dos eventos a serem realizados pelo Centro de Estudos no mês corrente. Por fim, colocou-se em apreciação os **Autos CPJ nº. 022/2011**, referentes ao pedido, formulado pelo Dr. Sidney Fiori Júnior, 9º Promotor de Justiça de Araguaína,



Colégio de Procuradores de Justiça

de composição de equipe técnica para atender, na sua comarca, às Resoluções nºs. 67 e 71/2011, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Com a palavra, a Dra. Angélica Barbosa da Silva, Presidente da Comissão de Assuntos Institucionais, apresentou parecer no sentido de “não somente acolher o requerimento do DD. Promotor de Justiça, mas também estender o seu pedido à Região Sul, votando pelo encaminhamento da proposta de criação de 2 (dois) cargos de Psicólogo, 2 (dois) de Assistente Social e 2 (dois) de Pedagogo, formando-se assim duas equipes técnicas a serem lotadas nas Comarcas de Araguaína e Gurupi, para atenderem os membros das respectivas sedes e região, porque somente neste caso os trabalhos serão otimizados”. Em votação, o parecer restou acolhido à unanimidade, sendo deliberado pelo encaminhamento dos respectivos autos à CAA, para as providências cabíveis, tendo em vista os trabalhos que já estão sendo desenvolvidos pela dita Comissão quanto ao projeto de revisão do PCCR. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às quinze horas e trinta minutos (15h30min), do que, para constar, eu, _____, Elaine Marciano Pires, Secretária, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Clenan Renaut de Melo Pereira

Angélica Barbosa da Silva

Vera Nilva Álvares Rocha

João Rodrigues Filho

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires

José Maria da Silva Júnior